



Anais da Assembléia

N.ºs 123, 124 e 125 CURITIBA, TERÇA/QUARTA e QUINTA FEIRA, EM 09/10 e 11 DE NOVEMBRO DE 1982 ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Valduga e Paulo Camargo.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Romero Filho (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Esporte Clube Pinheiros pela conquista do Campeonato da 2.ª Divisão de Profissionais.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 139/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Coral Paraná", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O Coral Paraná é uma entidade de caráter cultural, constituída por funcionários públicos estaduais, e com finalidades

específicas de divulgação do canto em coro artístico.

A documentação que anexamos ao presente comprova o preenchimento das exigências legais previstas no Estatuto da Utilidade Pública Estadual.

Com isso apresentamos o presente plano de lei que, temos a certeza, merecerá a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, a Presidência consulta às Lideranças dos Partidos se desejam fazer uso do horário que lhes é reservado. (Declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Airtton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/82, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que concede pensão de que trata a Lei n.º 7568, conforme específica. (Pensão de viúva de Parlamentar). EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. — Em votação a emenda. — **Aprovada.** — Em votação o projeto. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a entidade denominada "COLABORADORES DO BRASIL ou MISSÃO CO-LAB", com sede e foro em Xambê. — Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/82, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE AMIGOS DA ILHA DO MEL", com sede na Praia da Enseada da Fortaleza, na Ilha do Mel e foro em Paranaguá. Com Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 117/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 115/82), que dispõe sobre a concessão anual de auxílio ao Instituto Histórico e Etnográfico Paranaense, na Lei de Meios, na importância de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), com as providências que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/82, (Mensagem n.º 56/82, ex-Proposição n.º 47/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, e os Municípios citados com a interveniência de órgão que especifica, objetivando execução de obras de pavimentação de vias utilizadas pelos transportes públicos em áreas onde residem populações de baixa renda. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50/82, (Mensa-

em n.º 60/82, ex-Proposição n.º 48/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 15/81 e seu termo aditivo n.º 1/82, celebrados entre o Estado do Paraná e órgão citado e o Município de Ponta Grossa, visando aplicação de recursos nas obras no Aeroporto de Sant'Anna. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/82, (Mensagem n.º 59/82, ex-Proposição n.º 49/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, objetivando prorrogar por (02) meses, contados de 1.º de março de 1982, os termos do convênio original. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/82, (Mensagem n.º 61/82, ex-Proposição n.º 50/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n.º 104.18/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica e a Federação Interamericana de Associações de Relações Públicas - FIARP, e outros órgãos, com a interveniência do Conselho de Comunicação Social do Governo do Paraná, que objetiva a união de esforços das entidades signatárias para apoiarem a constituição e manutenção do Centro Interamericano de Estudos Superiores de Relações Públicas. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/82, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIABRÁS - Associação dos Servidores do Brasil", com sede e foro no Município de Curitiba. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/82, (Mensagem n.º 64/82, ex-Proposição n.º 51/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, firmado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios aqui nominados, objetivando conjuntamente à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — "PROSAFRAS", no exercício de 1982. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 53/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 1.º de fevereiro de 1.982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Abatiá, Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Alvorada do Sul, Amaporã, Ampére, Apucarana, Araruna, Assaí, Assis Chateaubriand, Astorga, Atafiaia, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Barracão, Barra do Jacaré, Bela Vista do Paraíso, Boa Esperança, Bom Sucesso, Borrazópolis, Cafeara, Califórnia, Cambará, Cambira, Campina da Lagoa, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Carlópolis, Cascavel, Catanduvas, Centenário do Sul, Céu Azul, Chopinzinho, Cianorte, Cidade Gaúcha, Clevelândia, Colorado, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Coronel Vivida, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Curiúva, Diamante do Norte, Dois Vizinhos, Doutor Camargo, Enéas Marques, Engenheiro Beltrão, Faxinal, Fênix, Florai, Floresta, Flórida, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Goioerê, Grandes Rios, Guaíra, Guairaá, Guapirama, Guaporema, Guaraci, Guaraniaçu, Ibaiti,

Icaraíma, Iguaçu, Inácio Martins, Inajá, Indianópolis, Iporã, Iretama, Itaguagé, Itambaracá, Itambé, Itapejara do Oeste, Itaúna do Sul, Ivaiporã, Ivatuba, Jaboti, Jacarezinho, Jagua-pitã, Jandaia do Sul, Janiópolis, Japira, Japurã, Jardim Alegre, Jardim Olinda, Jataizinho, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Jussara, Laranjeiras do Sul, Leópolis, Lobato, Londrina, Lupionópolis, Mamborê, Mandaguaçu, Mandaguari, Manoel Ribas, Marechal Cândido Rondon, Maria Helena, Marialva, Marilândia do Sul, Marilena, Mariluz, Maringá, Mariópolis, Marmeleiro, Marumbi, Matelândia, Medianeira, Mirador, Mirassol, Moreira Salles, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova América da Colina, Nova Aurora, Nova Cantu, Nova Esperança, Nova Fátima, Nova Londrina, Nova Olímpia, Nova Santa Rosa, Arizona, Paissandu, Palmital, Palotina, Paraíso do Norte, Parana-city, Paranapoema, Paranaíba, Peabiru, Pérola, Pérola do Oeste, Pinhalão, Pitanga, Planaltina do Paraná, Planalto, Porecatu, Porto Rico, Presidente Castelo Branco, Primeiro de Maio, Quatiguá, Quedas do Iguaçu, Querência do Norte, Quinta do Sol, Rancho Alegre, Renascença, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Rio Bom, Rolândia, Roncador, Rondon, Sabáudia, Salgado Filho, Salto do Itararé, Salto do Lontra, Santa Amélia, Santana do Itararé, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Fé, Santa Helena, Santa Inês, Santa Izabel do Ivaí, Santa Izabel do Oeste, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Caiuá, Santo Antônio do Paraíso, Santo Antônio do Sudoeste, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São Jerônimo da Serra, São João, São João do Caiuá, São João do Ivaí, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Oeste, São José da Boa Vista, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Ivaí, São Pedro do Paraná, São Sebastião da Amoreira, São Tomé, Sapopema, Sertaneja, Siqueira Campos, Tamboara, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Terra Rica, Terra Roxa, Toledo, Tomazina, Tuneiras do Oeste, Ubiratã, Umuarama, Uniflor, Uraí, Vitorino, Wenceslau Braz e Xambê, objetivando adoção de ação conjunta visando a execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — "PROSAFRAS", no exercício de 1.982.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente,
ADALBERTO DAROS — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 51/82

PARECER

Oriunda de Mensagem Governamental a presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a convênio celebrado entre o Governo do Estado e municípios que enumera, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, ad referendum deste Poder Legislativo. (Art. 47 — inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o convênio celebrado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é Favorável à sua ratificação, de acordo com o projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 8 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente,
ADALBERTO DAROS — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 62/82, (Mensagem n.º 70/82, ex-Proposição n.º 56/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUI-

ÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Acordos Especiais 1/82 e 7/82, celebrados entre o Estado do Paraná, e o Ministério do Trabalho, através de Órgãos citados, objetivando o desenvolvimento de atividades de preparação de mão-de-obra voltada à população de baixa renda. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 62/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Acordos Especiais n.º 1/82 e 7/82, celebrados respectivamente em 13 e 18 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Mão-de-Obra/Coordenação Estadual no Paraná, objetivando o desenvolvimento de atividades de preparação de mão-de-obra voltada à população de baixa renda.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente,

RENATO BERNARDI — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 56/82

Oriunda de Mensagem Governamental a presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a convênio celebrado entre o Governo do Estado e município que enumera, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, ad referendum deste Poder Legislativo. (Art. 47 - inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o convênio celebrado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é Favorável à sua ratificação, de acordo com o projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente,

RENATO BERNARDI — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63/82, (Mensagem n.º 71/82, ex-Proposição n.º 57/82); oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo aditivo (2.º) ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de MARIA HELENA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 63/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo aditivo (2.º) datado de 13 de maio de 1982, ao convênio celebrado em 22 de junho de 1981, entre o Estado do Paraná e o Município de Maria Helena, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente,

RENATO BERNARDI, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO N.º 57/82

Oriunda de Mensagem Governamental, a presente proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a convênio celebrado entre o Governo do Estado e município que enumera,

com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, ad referendum deste Poder Legislativo. (Art. 4/ - inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o convênio celebrado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é Favorável à sua ratificação, de acordo com o Projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente,

RENATO BERNARDI — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/82, (Mensagem n.º 72/82, ex-Proposição n.º 58/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo número 01 ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de GUAPOREMA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo (01), datado de 13 de maio de 1982, ao Convênio celebrado em 15 de setembro de 1981, entre o Estado do Paraná e o Município de GUAPOREMA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 58/82

PARECER:

Oriunda de Mensagem Governamental à presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município que enumera, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, ad referendum deste Poder Legislativo (Art. 47 - inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o Convênio celebrado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é Favorável à sua ratificação, de acordo com o Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122/82, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a emitir e a colocar no mercado, através da Secretaria de Estado das Finanças, Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - Tipo Reajustável - ORTE-PR, obedecidos os requisitos fixados pela legislação federal. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 122/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, autorizado a emitir e a colocar no mercado, através da Secretaria de Estado das Finanças, Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - Tipo

Reajustável — ORTE-PR, será destinado exclusivamente ao financiamento de despesas orçamentárias, necessárias ao desenvolvimento econômico e social do Estado, constantes dos orçamentos Anuais e Plurianuais aprovados pelo Poder Legislativo.

Art. 3.º — As Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - Tipo Reajustável - ORTE-PR, serão emitidas, observadas as condições seguintes:

I — Prazo de vigência de um (01) ano e máximo de dez (10) anos, fixado no ato da emissão,

II — Valor nominal unitário igual ao das Obrigações do Tesouro Nacional - Tipo Reajustável - ORTN, reajustável mensalmente, de acordo com os índices adotados para estas,

III — Juros calculados mensalmente sobre o valor nominal reajustado, de acordo com os prazos de resgate à taxa mínima de 4% (quatro por cento), e máxima de 12% (doze por cento), ao ano, pagáveis semestralmente,

IV — Taxas de Juros fixadas no ato da emissão, não podendo ser alteradas no decurso dos prazos de vigência das Obrigações.

Parágrafo Único — As Obrigações de que trata o presente Artigo serão emitidas do tipo "ao portador" e "nominativa-endossável".

Art. 4.º — O montante de cada emissão das Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - Tipo Reajustável - ORTE-PR, será fixado por Decreto do Poder Executivo, observados os limites de endividamento estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e respectivas regulamentações.

Art. 5.º — O Poder Executivo poderá, por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças celebrar convênios, ajustes ou contratos com o Banco do Estado do Paraná S/A e/ou o Banco do Brasil S/A, visando a emissão, subdivisão, substituição, consolidação, conversão de certificados e pagamentos de juros e resgates, das Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - Tipo Reajustável - ORTE-PR.

§ 1.º — A coordenação, supervisão e controle dos serviços de que trata este artigo, ficarão a cargo da Secretaria de Estado das Finanças.

§ 2.º — O pagamento de juros e correção monetária incidentes sobre as Obrigações não poderá ser antecipado.

§ 3.º — Não poderá haver pagamento de juros e correção monetária relativos a período posterior ao vencimento das Obrigações.

Art. 6.º — As Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - Tipo Reajustável - ORTE-PR, são insuscetíveis de gravames de qualquer natureza que importem na obrigatoriedade das repartições emitentes ou seus agentes exercerem controle prévio especial quanto à sua negociabilidade, ao pagamento de juros ou à efetivação do resgate.

Art. 7.º — Os depósitos, cauções e garantias correlatas, efetuados junto aos Órgãos da Administração Estadual Direta ou Indireta poderão ser prestados em Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - Tipo Reajustável - ORTE-PR.

Art. 8.º — As Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - Tipo Reajustável - ORTE-PR, poderão ser recebidas pelo seu valor atualizado de acordo com o inciso II do Artigo 3.º desta lei, em pagamento de qualquer imposto estadual, após decorrerem trinta (30) dias de seu prazo de resgate.

Art. 9.º — Para garantia da liquidez das Obrigações de que trata esta lei, o Poder Executivo fica autorizado a instituir o Fundo de Liquidez da Dívida Pública.

§ 1.º — A administração do Fundo de Liquidez será exercida pela Secretaria de Estado das Finanças.

§ 2.º — O Fundo de Liquidez da Dívida Pública poderá ter suas operações lastreadas, exclusivamente com títulos públicos federais, estaduais e/ou municipais.

Art. 10 — Os orçamentos anuais e plurianuais do Estado do Paraná deverão consignar as dotações necessárias a garantir o

atendimento dos encargos decorrentes da presente lei, especialmente à cobertura das despesas com juros, correção monetária, corretagens, comissões de serviços, taxa de administração do Fundo de Liquidez da Dívida Pública, e ainda o resgate das Obrigações.

Art. 11 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Esporte Clube Pinheiros, pela conquista do Campeonato da Segunda Divisão de Profissionais. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 85 e 92/82 e de Resolução n.ºs 39 e 40/82.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/82.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 53, 62, 63, 64/82 e de Lei n.º 122/82.

Levanta-se a Sessão.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 104.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1982

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Lineu Turra e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados. João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Romero Filho. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens.

Mensagem 146/82

Curitiba, 22 de outubro de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva prorrogar, até 30 de setembro de 1984, os efeitos da Lei n.º 6.547, de 05 de junho de 1974.

Face às leis n.ºs 6.547/74, 6.677/75, 6.942/77, 7.054/78 e 7.366/80, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 2 do artigo 6.º, no número 1 do artigo 14 e no parágrafo 2.º do artigo 52, da Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1973 (Código de Vencimentos da PMEP) não têm sido aplicadas aos policiais militares que estiverem no exercício das funções que especifica.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa augusta Casa de Leis é oportuno e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois virá ensejar condições a fim de que os Órgãos da Polícia Civil do Estado possam, por mais algum tempo, continuar contando com a colaboração de integrantes da Polícia Militar do Estado.

A Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1973, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, contém disposições segundo as quais o Policial Militar quando em exercício de funções fora da Corporação poderá perder direito à percepção de remuneração. Assim sendo, para que as atividades da Polícia Civil não sofram o impacto da redução de seu atual contingente de pessoal, é que se propõe a medida consubstanciada no anexo anteprojeto de lei, prorrogando os efeitos da Lei n.º 6.547/74, a fim de permitir que policiais militares continuem colaborando com a Polícia Civil por mais dois anos.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 141/82

Art. 1.º — Fica prorrogados até 30 de setembro de 1984, os efeitos da Lei n.º 6.547, de 05 de junho de 1974.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 147/82 Curitiba, 22 de outubro de 1982.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 12 e 27 de agosto de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e, respectivamente, os Municípios de MUNHOZ DE MELLO e ADRIANÓPOLIS, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 148/82 Curitiba, 22 de outubro de 1982.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação e Compromisso, n.º 20/82, celebrado em 22 de se-

tembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de SÃO PEDRO DO PARANÁ, objetivando a construção do terminal rodoviário da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 149/82 Curitiba, 22 de outubro de 1982.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Primeiros Termos Aditivos n.ºs 52/82 e 53/82, datados de 22 de setembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e, respectivamente, os Municípios de JACAREZINHO e ABATIÁ, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 150/82 Curitiba, 22 de outubro de 1982.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio de Cooperação celebrado em 30 de setembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de FRANCISCO BELTRÃO, figurando como interveniente o Departamento de Trânsito, objetivando harmonização das diretrizes de serviços de trânsito com os estudos de planejamento urbano do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 151/82 Curitiba, 22 de outubro de 1982.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação e Compromisso, número 42/82, celebrado em 29 de setembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de ROLÂNDIA, objetivando a construção de terminal rodoviário no Distrito de São Martinho, do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 152/82

Curitiba, 22 de outubro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 15 de setembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de BOM SUCESSO, FLORESTA e XAMBRE, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 153/82

Curitiba, 22 de outubro de 1982

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de primeiros Termos Aditivos números 48/82, 49/82 e 50/82, datados de 13 de setembro de 1982, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e respectivamente os Municípios de LEÓPOLIS, RIBEIRÃO DO PINHAL e SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 154/82

Curitiba, 29 de outubro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras públicas nos municípios signatários de tais convênios.

MUNICÍPIO

NÚMERO E
DATA DO CONVÊNIO

CERRO AZUL

011/SEAD — 11/06/82

CERRO AZUL

023/SEAD — 07/10/82

ADRIANÓPOLIS

022/SEAD — 26/08/82

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa colenda Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 155/82

Curitiba, 29 de outubro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Ratificação datado de 13 de maio de 1982, do Convênio n.º 066/81, celebrado em 15 de dezembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o Município de MALLETT, objetivando a construção de uma ponte sobre o Rio Braço do Potinga, no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa colenda Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 156/82

Curitiba, 08 de novembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com a ampliação das dependências do prédio da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

A necessidade da abertura do Crédito Especial em referência deve-se ao fato da inexistência do elemento de despesa 4.1.1.0 — Obras e instalações, no vigente Orçamento Próprio da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, a conta do qual deve correr tal tipo de despesa.

Os recursos necessários à abertura do presente crédito serão indicados em conformidade com o disposto na Lei Federal número 4320, de 17 de março de 1964.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), ao vigente Orçamento Próprio da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana e destinado à cobertura de despesas com obras e instalações.

Art. 2.º — Servirão como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior qualquer das formas esta-

belecidas no § 1.º do Art. 43 da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 157/82

Curitiba, 08 de novembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação e Compromisso n.º 92/82, celebrado em 20 de outubro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de CASCAVEL, objetivando a construção do terminal rodoviário da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 158/82

Curitiba, 08 de novembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de primeiros Termos Aditivos datados de 26 de agosto de 1982 aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de LOBATO, RENASCENÇA e RIO BOM, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 119/82, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos de Deficientes Visuais, imóvel de propriedade do Estado localizado nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1982.

(a) JOÃO MANSUR

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expediente, a Presidência consulta às Lideranças dos Partidos se desejam fazer uso do horário que lhes é reservado. — (Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 85/82, que declara de utilidade pública a "IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL LUZ DE CRISTO". — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 85/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A .

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL LUZ DE CRISTO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 92/82, que declara de utilidade pública a "CASA DA CRIANÇA DE CAMBARÁ", entidade filiada à Sociedade São Vicente de Paula, com sede e foro na cidade de Cambará. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 92/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CASA DA CRIANÇA DE CAMBARÁ, com sede e foro na cidade de Cambará.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 39/82, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de São João do Caiuá, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E .

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 11 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e o Município de São João do Caiuá, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 40/82, que aprova o Convênio n.º 03/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgão que especifica e o Município de Marialva, objetivando a execução de obras do terminal rodoviário de passageiros da sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio n.º 03/82, celebrado em 08 de março de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Marialva, objetivando a execução de obras do terminal rodoviário de passageiros da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/82, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIBRÁS - Associação dos Servidores do Brasil", com sede e foro no Município de Curitiba. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/82, (Mensagem n.º 64/82, ex-Proposição n.º 51/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, firmado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios aqui nominados, objetivando conjuntamente à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS - PROSAFRAS", no exercício de 1982. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 62/82, (Mensagem n.º 70/82, ex-Proposição 56/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Acordos Especiais 1/82 e 7/82, celebrados entre o Estado do Paraná, e o Ministério do Trabalho, através de órgãos citados, objetivando o desenvolvimento de atividades de preparação de mão-de-obra voltada para a população de baixa renda. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63/82, (Mensagem n.º 71/82, ex-Proposição n.º 57/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo aditivo (2.º) ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Maria Helena, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/82, (Mensagem n.º 72/82, ex-Proposição n.º 58/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo (n.º 1), ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de GUAPOREMA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a emitir e a colocar no mercado, através da Secretaria de Estado das Finanças, Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - Tipo Reajustável - ORTE-PR, obedecidos os requisitos fixados pela Legislação Federal. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 119/82. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legis-

lativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 28, 29, 30, 34, 36 e 38/82.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 53, 62, 63 e 64/82 e de Lei n.º 122/82.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 61, 93, 107, 108, 109 e 121/82.

Levanta-se a Sessão.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 105.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Adalberto Daros e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer Wilson Fortes e Romero Filho.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 122/82, em 3.ª Discussão na sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o

arquivamento do Projeto de Lei n.º 132/81, de autoria da Comissão Executiva, tendo em vista que, com a Lei n.º 7622/81, de 24 de junho de 1982, que deu nova Estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, tornou o presente plano de Lei sem objetividade e aplicação e, conseqüentemente, inócua a sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1982.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei n.º 132/81 - altera dispositivos da Lei 7289, de 27/12/79, estabelece critérios para acesso de uma classe para outra.

PROJETO DE LEI N.º 140/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "CASA DO AGASALHO", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, presta relevantes serviços na área de assistência social à comunidade desta Capital.

A documentação que anexamos ao presente comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos na legislação estadual pertinente à matéria.

Com isso apresentamos o presente plano de lei que esperamos receba o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente, Grande Expediente e nem para as Lideranças dos Partidos. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 28/82, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os municípios especificados, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios celebrados em 14 de dezembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios de MARILENA e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

ANTÔNIO COTRIM - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 29/82, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados conforme específica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse metropolitano. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 29/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, e os Municípios de Campina Grande do Sul (dois) n.ºs 43/81 e 47/81, firmados em 18/12/81, Bocaiúva do Sul, n.º 42/81, Colombo, n.º 48/81, Piraquara, n.º 44/81, Quatro Barras n.º 45/81 e São José dos Pinhais, n.º 46/81, firmados em 21/12/82, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse metropolitano.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

ANTÔNIO COTRIM - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 30/82, que aprova os Convênios n.ºs 1, 2 e 3, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados, tendo como interveniente a COMEC, que objetiva aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, nos referidos municípios. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 30/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios n.ºs 1, 2, de 03 de janeiro de 1982 e n.º 3, de 29 de janeiro do mesmo ano, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, e, respectivamente, os Municípios de Araucária, Campina Grande do Sul e São José dos Pinhais, figurando como interveniente a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, nos referidos municípios.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

ANTÔNIO COTRIM - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 34/82, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios citados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme "PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO NO NOROESTE DO PARANÁ" - PRONOROESTE. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 34/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios celebrados em

11 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Altônia, Araruna, Centenário do Sul, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Diamante do Norte, Doutor Camargo, Flórida, Goio-Erê, Grandes Rios, Guairacá, Icaraíma, Indianópolis, Iporã, Itambé, Jandaia do Sul, Janiópolis, Jataizinho, Jussara, Mamborê, Marumbi, Nova Aliança do Ivaí, Ourizona, Paranacity, Paranavaí, Porto Rico, Sabáudia, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz do Monte Castelo, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São Tomé, Tapira, Terra Roxa, Umuarama, e Xambê, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 36/82, que aprova o quarto termo aditivo ao Convênio EBTU-008/80, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando conjugação de esforços dos Governos da União, Estado e Municípios para a execução do Programa de Transportes alternativos para Economia de Combustíveis. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 36/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o quarto Termo Aditivo datado de 03 de fevereiro de 1982, ao Convênio EBTU-008/80, celebrado em 14 de fevereiro de 1980, entre o Estado do Paraná, e o Ministério dos Transportes, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e da Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando conjugação de esforços dos Governos da União, do Estado e dos Municípios para a execução do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis".

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 38/82, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios aqui nominados, e que objetiva aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 38/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E .

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Florestópolis, Jaguapitã, Santa Mariana e Terra Boa, firmados em 11/02/82, Borrazópolis, Colorado, Fênix, Inajá, Loanda, Lobato, Maria Helena, Marilândia do Sul, Miraselva, Moreira Salles, Nova Fátima, Nova Olímpia, Paraíso do Norte, Paranapoema, Santa Fé, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santo Inácio, Tamboara e Tapejara, firmados em 09/03/82, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/82, (Mensagem n.º 64/82, ex-Proposição n.º 51/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, firmado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios aqui nominados, objetivando conjuntamente à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS - PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 62/82, (Mensagem n.º 70/82, ex-Proposição n.º 56/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Acordos Especiais 1/82 e 7/82, celebrados entre o Estado do Paraná, e o Ministério do Trabalho, através de órgãos citados, objetivando o desenvolvimento de atividades de preparação de mão-de-obra voltada para a população de baixa renda. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63/82, (Mensagem n.º 71/82, ex-Proposição n.º 57/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo aditivo (n.º 2), ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de MARIA HELENA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/82, (Mensagem n.º 72/82, ex-Proposição n.º 58/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo aditivo (n.º 1), ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de GUAPOREMA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a emitir e a colocar no mercado, através da Secretaria de Estado das Finanças, Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - Tipo Reajustável - ORTE-PR, obedecidos os requisitos fixados pela Legislação Federal. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 63/82), que cria no Departamento de Trânsito, cargos de provimento em comissões, conforme especifica. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 61/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam criados, no Departamento de Trânsito, os seguintes cargos de provimento em comissão:

N.º de CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
06	Assessor	1-C
04	Chefe de Grupo Auxiliar	2-C

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/82, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 88/82), que doa as áreas de terreno que especifica, do Estado do Paraná, ao Município de

Foz do Iguaçu. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 93/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Foz Iguaçu, duas áreas de terreno constituídas de partes do lote suburbano n.º 02 (dois), situado na parte Sul do Patrimônio Municipal, no referido município, medindo 46.300,00 m² e 36.162,54 m², objeto da transcrição n.º de ordem 3.010, às fls. 38/39, do Livro 3-D, do Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2.º — As áreas de terreno objeto do artigo anterior, destinam-se, exclusivamente, à construção de residências para famílias de baixa renda e construção de um asilo para velhos, respectivamente.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 105/82), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Cerro Azul o imóvel que especifica. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 107/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cerro Azul o imóvel constituído de um prédio de alvenaria e outro anexo de madeira, e respectivo terreno medindo oitenta por cinquenta e quatro metros, objeto da transcrição número de ordem 9.736, às folhas 104, do Livro 3-F do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, imóvel esse atualmente ocupado por órgãos da Administração Municipal.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 107/82), que autoriza o Poder Executivo permutar área de terreno no Município de Ivaiporã, conforme especifica. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 108/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar as datas n.ºs 6 e 7, da quadra 134, com a área de 937,50 metros quadrados, de propriedade do Estado do Paraná, objeto de transcrição n.º de ordem 20.376, do Livro 3-T, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ivaiporã, pela área de terreno com 2.380,97 metros quadrados, de propriedade do Município de Ivaiporã, objeto de parte da transcrição n.º de ordem 5, folhas 119-v.º, do Livro n.º 8 de Averbções, do mencionado Cartório, ambas situadas na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 108/82), que autoriza o Poder Executivo alienar à Prefeitura Municipal de Curitiba, área de

terreno de propriedade do Estado, conforme especifica. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 109/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, obedecidas as formalidades legais, alienar ao Município de Curitiba, pela forma jurídica adequada, uma parte medindo 19.198,00 metros quadrados, da área de terreno de propriedade do Estado, objeto da transcrição número de ordem 51.177, fls 208 do Livro 3-AV, da 6a. Circunscrição de Registro de Imóveis da Capital, destinada à implantação da Avenida Conectora 5, ligação da área urbana com a parte norte da Cidade Industrial.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 123/82), que doa ao Município de Guaraniaçu um lote urbano, conforme especifica. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 121/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Guaraniaçu, o lote urbano n.º 17, situado na rua Dautos Barreto, quadra 42, medindo 13,00m de frente, por 37,00m de fundos para um dos lados e 46,50m para outro, com área de 542,72m², objeto da transcrição n.º 1639, às fls. 69, do Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2.º — Fica revogado o artigo 3.º, da Lei n.º 6.427, de 17 de julho de 1973.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 122/82, em 3.ª discussão na sessão de hoje. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 132/81. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 61, 93, 107, 108, 109 e 121/82.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 175/81, 75, 82, 84, 86 e 123/82.

Levanta-se a Sessão.